

HISTÓRIA, LUTAS E MEMÓRIAS: O Museu da Resistência da Avenida Boa Esperança

Raimundo Pereira da Silva Filho*
Faculdade Evangélica do Meio Norte
Email: raimundosilva_historia@hotmail.com

Luiz Antônio de Oliveira**
Faculdade Evangélica do Meio Norte
Email: luizantonio@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica que parte das descobertas realizadas durante o período de pesquisa prática sobre a constituição do Museu da comunidade da Avenida Boa Esperança, dentro do processo de resistência dos moradores às investidas do capital representado no Programa Lagoas do Norte. O trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do museu comunitário nas articulações de resistências das comunidades e dos seus modos de vida. O referido estudo se apoia nas metodologias das pesquisas bibliográfica e de campo, com a realização de entrevistas, observações e outros instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: museu; resistência; Avenida Boa Esperança.

*Vazanteiro e Especialista em História e Cultura Afrobrasileira pelo Nead/Uespi;

**Doutor em Antropologia pela UFPE e docente da Universidade Federal do Piauí, Campus Reis Velloso;

Introdução

O presente artigo traz, a partir da descrição do processo de criação do Museu da Resistência da Avenida Boa Esperança, no Zona Norte de Teresina, capital do Piauí, uma discussão a respeito do papel das instituições de memória nas lutas comunitárias ocorridas nos espaços urbanos em transformação. Trata-se de uma das formas de resistência dos moradores do supracitado logradouro frente às ameaças de deslocamento compulsório ocasionado pela implementação de um projeto de urbanização chamado Programa Lagoas do Norte (PLN). Esta é uma ação promovida pelo poder público municipal com financiamento do Banco Mundial onde boa parte das ações propostas ferem de forma direta diversas garantias dessa população, sempre colocada à margem do processo. Foi como consequência dos conflitos gerados em torno do PLN que os moradores da avenida criaram o museu no ano de 2016 a fim de que seus interesses de permanência no local em que construíram suas territorialidades e seus sentidos de pertencimento comunitário fossem levados em consideração pela prefeitura.

Para tanto, o texto discorre brevemente sobre os sentidos e a importância dos museus na produção de diferentes narrativas e culturas, sobretudo em situações de crise ou de mudanças. Entendendo a amplitude da temática, é proposto um diálogo entre diferentes fontes e áreas do conhecimento, ultrapassando os limites da Museologia, com o intuito de discutir processos de musealização e suas implicações políticas nos processos de construção de identidades.

Em meio ao contexto atual de ameaças e violações perpetradas por entes públicos e privados, notadamente contra as comunidades tradicionais em face das propostas de intervenção urbana, o texto tem como foco, conforme já indicado, a experiência de luta e resistência da Comunidade da Avenida Boa Esperança em Teresina, usando como pano de fundo para o fortalecimento dessa luta a constituição de um museu comunitário. Este exemplo demonstra que, diante das investidas do capital ou da prevalência dos interesses econômicos privados que tem no poder público o seu agente executor, fazem-se necessárias a identificação, o reconhecimento e a preservação dos bens culturais, os modos de fazer e os ofícios inseridos nesse território da cidade e que encontram no museu sua confluência. Assim, a criação de um espaço expositivo das memórias coletivas serve ao propósito de fortalecer a proteção e a permanência dessas famílias em seus locais de moradia. Visa-se, com isto, dar visibilidade às suas existências no processo de transformação urbana em tela. Em suma, é uma estratégia dos moradores para se fazerem ver e ouvir como pertencentes à cidade.

O referido estudo se apoia nas metodologias das pesquisas bibliográfica e de campo, com a realização de entrevistas, observações e outros instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Na organização do texto, primeiro é feita uma breve análise sobre o surgimento dos museus e os contextos em que estavam inseridos, chegando aos momentos de construção das perspectivas museológicas que incorporaram as comunidades tradicionais e seus processos de resistência. Na sequência é apresentada a comunidade da Avenida Boa Esperança, seu processo de formação e o atual momento de luta e resistência em face das ameaças perpetradas pelo PLN. Além da criação do museu, como forma de se contrapor às ameaças de deslocamento forçado e fortalecer o processo de organização da comunidade, fora criada também, ainda em 2007, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS). Nos últimos anos esta organização comunitária tem representado os moradores em diversas audiências e reuniões que discutem as intervenções do PLN. Na terceira parte é apresentado o processo de constituição do Museu da Comunidade como instrumento de luta na construção do sentimento de identidade e de união entre os moradores, um marco das ações comunitárias na busca pela preservação das suas memórias, buscando mostrar os percursos históricos, com forte influência das ancestralidades indígena e africana.

Museu: origens e segmentações

O processo de surgimento dos museus está intimamente ligado à prática de colecionar, guardar itens representativos das diferentes culturas e povos, sobretudo na Antiguidade. A origem do termo remonta, assim, à expressão grega *mouseion* que, de acordo com Marlene Suano (1986), mesmo mantendo o radical da nomenclatura, teve diversas conotações e usos ao longo do tempo. Na cultura grega designava o local de culto às musas, ou seja um local do culto ao pensamento, produção filosófica e divindades.

Durante muitos anos o termo museu passou a designar um conjunto de coleções sobre diferentes temas do conhecimento, extrapolando o aspecto físico da instituição. Tal aspecto se tornou corriqueiro no decorrer da Idade Média, com destaque para o poder da Igreja católica nesse período sobre os campos centrais da sociedade. Na Idade Moderna, dizia respeito a diversas compilações em áreas que estavam constantemente em atualização.

Com o advento das ideias iluministas, a organização do número crescente de pesquisas e estudos foram organizados em um único documento, conhecido como Enciclopédia, que passava por atualizações periódicas. Os museus nessa fase vão focar sobre as grandes coleções, divididas em categorias. Essas coleções particulares eram usadas para demonstrar riqueza e poder. Nesse sentido Marlene Suano (1986) afirma que é

importante enfatizar a diferença entre as coleções particulares abertas a um público seletivo e as instituições a serviço do público.

Como foi afirmado anteriormente a Igreja Católica acumulou diversas riquezas e coleções de valor histórico que, com a modernidade, foram expostas ao público, que neste momento ainda era seletivo. Nessa instituição eram expostas peças em conformidade com os padrões da Igreja. Porém, essa visão teve o contraponto pelo pensamento da ciência. É importante destacar o aspecto restrito em relação ao público que tinha acesso à essas instituições. Sobre esse processo Suano (1986) destaca que essas visitas não incluíam a maioria da população devido à grande quantidade de pessoas incapazes de ler e escrever. Além disso existiam questões segregantes no sentido de repelir esse público, uma vez que as elites percebiam as pessoas desses grupos apenas pela falta de conhecimento a respeito dos objetos expostos, terminando por zombar e ridicularizar as peças.

Com a Revolução Francesa essa visão restrita em relação ao acesso do público são alteradas, passando-se a incentivar um maior acesso da população aos espaços de celebração dos símbolos do passado. Dessa forma, as grandes coleções reais foram consideradas patrimônios nacionais e passaram a integrar os acervos dos museus. Segundo Santos (2015), o pensamento e a vocação de que os museus devem se abrir para o público contrasta com as intenções dos prédios que os abrigam, pois remetem aos palácios da nobreza tão combatidos pelos princípios da Revolução.

O advento da Industrialização refletiu e influenciou os diversos segmentos, como a arquitetura e as artes, sendo que estas duas passaram a se integrar cada vez mais. Nesta perspectiva, as próprias edificações passaram a se configurar como obras de arte que traduzem o contexto em que estão inseridas. De acordo com Santos (2015), a partir dos anos 1970 foram inseridas novas repartições na estrutura dos museus, como reserva técnica, áreas de recepção e serviço educativo, biblioteca, sala de estudos, loja e cafeteria. Com essa agregação de recursos, o museu torna-se um lugar cada vez mais dinâmico, passando a alçar o grau de Centro Cultural. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (2011), “Os museus são casas que guardam e apresentando sonhos, sentimentos, pensamentos, intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes”.

No caso do Brasil, Santos (2015) afirma que o primeiro museu surgiu após a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, denominado de Museu Real. Porém, durante a invasão holandesa, mais precisamente na cidade de Maurícia (atual Recife) foi criada uma “Casa de Salomão”, local que concentrava jardim botânico, zoológico, observatório astronômico e museu. Durante o Segundo Reinado, com a intenção de desenvolver o sentimento de

nacionalismo associado às origens do Brasil, em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1871 o Museu Paraense Emílio Goeldi e, no final do século XIX, o Museu do Ipiranga em São Paulo.

Segundo Santos (2015), essas instituições criadas entre 1870 e 1930, desempenharam um importante papel de pesquisas sobre as ciências naturais, etnografia, paleontologia e arqueologia, com o intuito de preservar as riquezas locais e nacionais. Com o início do século XX essas instituições se desmembraram de acordo com suas coleções, dando origem a museus específicos e temáticos. A partir da década de 1970 essa estrutura de organização e representação dos museus começa a ser contestada, sobretudo pelos movimentos sociais, pois o grande questionamento seria que essas instituições valorizavam apenas um grupo em seus acervos. Assim, nos últimos anos presenciou-se o surgimento de diversas instituições, sobretudo os museus comunitários e ecomuseus.

A museologia no século XX passa a receber influências de diversos segmentos acadêmicos, um deles foi a “Escola dos Annales”, que surgiu na França no início do século e questionava diversos pontos da produção historiográfica, como a ampliação das fontes históricas e os personagens da história. Após a Segunda Guerra Mundial surge o ICOM, sigla em inglês para Conselho Internacional de Museus que congrega instituições e diversos pesquisadores do tema e que, a partir das décadas de 1960 e 1970, dá início às discussões sobre a Nova Museologia, fortalecida, principalmente, após a Mesa Redonda de Santiago em 1972. Na esteira deste movimento surgem correntes de pesquisadores interessados em abordar as práticas não hegemônicas de museus, destacando o trabalho do Professor Hughes de Varine, com suas reflexões acerca do papel social do museu, criando o conceito de ecomuseu. Para ele trata-se do:

[...] instrumento preferido para o desenvolvimento da comunidade. Não visa o conhecimento e o desenvolvimento de uma herança, não é um simples auxiliar de qualquer sistema educacional ou informativo, não é um meio de progresso cultural e democratização para as obras eternas do gênio humano. Por isso ele não pode se identificar com o museu tradicional e suas respectivas definições, que a ele não podem corresponder (VARINE, 1979, p.33)

A influência para a criação desse conceito parte da experiência do Ecomuseu da Comunidade Urbana *Le Creusot-Montceau-les-Mines*, na França. Percebe-se a intenção de distinguir o ecomuseu do museu convencional, no âmbito do processo de constituição da “Nova Museologia” a partir da década de 1970, influenciada pelos movimentos contestatórios da década anterior. Para uma melhor definição, Hugues de Varine estabelece a diferença entre o museu tradicional e o museu comunitário:

O museu, além das definições acadêmicas, era e ainda é: edifício + coleção + público. Qual é a realidade desses três elementos e o que acontecerá ao museu nas próximas décadas? [...] O edifício é substituído por um território, que é o território bem definido de uma comunidade. [...] A coleção consiste em tudo o que há nesse território e tudo o que pertence aos seus habitantes, tanto imobiliário como mobiliário, material ou imaterial. É uma herança viva, em constante mudança e criação. [...] O público é a população do território em questão como um todo, ao qual visitantes de fora da comunidade podem ser secundariamente adicionados. (BAZIN et al, 2017)

Os museus comunitários ou ecomuseus vão se estabelecer e se multiplicar por diversas partes do mundo. Marcando presença frente às lutas e resistências das comunidades em que estão inseridos. A este respeito, Clifford (2009), descrevendo experiências museais na costa nordeste dos Estados Unidos, faz referências e comparações entre os museus comunitários e museus tradicionais, destacando que os primeiros transcendem a dimensão de simples repositórios de objetos antigos. Neste sentido, destaca o sentido de que os museus comunitários se enquadram na perspectiva de lugares de memória, pois carregam a síntese da cultura e representações dos povos de maneira a produzir um elo entre gerações. Além disso, tais museus mostram que esses aspectos não estão presos ao passado, ao contrário, são elementos vivos e presentes.

Essa autodeclaração da ancestralidade é associada ao descolamento e antagonismo em relação ao museus de grupos hegemônicos. Nesta perspectiva, tais instituições salvaguardam memórias e práticas presentes no cotidiano desses povos. Por este motivo é importante lembrar o que disse o historiador francês Pierre Nora (1993, p.20) sobre os lugares de memória

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos, A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p.20)

É importante reforçar que, segundo Clifford (2009), no processo de constituição dos museus comunitários, ganham relevo as características das comunidades que fazem questão de distinguir sua criação dos museus convencionais. Corroborando com essa abordagem temos o panorama apresentado por Lersch e Ocampo (2004), enfatizando que os povos tradicionais buscam transmitir suas vivências nesses lugares de memória. Todavia, é importante enfatizar que essa cultura vivida não é estanque ou engessada no passado, pois

Para nós é importante esclarecer: não queremos um museu da “história vivida” entendido como um ENCLAVE de etnicidade simulada, um cenário que recria a história, o mito e o folclore em um espaço antisséptico e seguro para os visitantes, um espaço que trivializa significados profundos, que descontextualiza a cultura da realidade de pobreza e exclusão que vivem os povos. Mas sobretudo não queremos espaços onde a animação da apresentação oculte a voz dos que falam e o direito que têm os povos para falar de si mesmos por si mesmos. Não buscamos que o objeto cobre vida no museu, mas que os sujeitos sociais, as comunidades e povos, projetem sua vida como interpretadores e autores de sua história (LERSCH; OCAMPO, 2004).

Nessa perspectiva o museu comunitário assume dois papéis importantes. O primeiro consiste em proteger e valorizar o patrimônio cultural. Além disso, apropria-se de uma linguagem própria do que é simbólico para o coletivo. No próximo tópico trataremos dos processos de formação e lutas das moradoras e moradores da região da avenida Boa Esperança na zona norte de Teresina, capital do Piauí, e os atravessamentos que se deram onde a comunidade está assentada.

A Comunidade da Avenida Boa Esperança: as ameaças do “progresso”

A comunidade da Avenida Boa Esperança tem sua origem na região às margens do Rio Parnaíba, próxima a confluência com o rio Poty. Mesma região milenarmente habitada pelos povos Tremembé, mais especificamente o grupo Poty. Esses povos originários foram os primeiros alvos do processo de exploração do colonizador europeu, no caso do Piauí entre os séculos XVII, XVIII e XIX, que instalaram fazendas de gado nos territórios tomados de espólio dos indígenas (CHAVES, 2013). Em uma dessas fazendas se desenvolveu a Freguesia do Poty que em pouco tempo alcançou a condição de Vila. O evidente progresso deste povoamento fez com que ele fosse cogitado para ser a sede da Capital da Província.

Porém, o Presidente da época, José Antônio Saraiva, descartou essa proposta alegando insalubridade, constantes cheias e febres.

Com a mudança da capital da província da Barra do Poty para a Chapada do Corisco, a partir de 1852, tendo como justificativa as enchentes, houve a transferência de parte da população remanescente da Antiga Vila do Poty para a recém criada Capital da província do Piauí. No Ofício de 20 de dezembro de 1851, endereçado ao presidente do conselho de ministros do Império, o Visconde de Monte Alegre, o presidente da Província, José Antônio Saraiva, afirma que apenas as famílias mais “gradas” se transferiram e receberam lotes na nova povoação.

A região entre a antiga Vila do Poty e a cidade de Teresina tem sua origem nas comunidades quilombolas formadas pelos africanos escravizados que construíram as casas, ruas e praças de recém criada Capital. Essas populações negras praticavam a pesca e vazante nas margens dos rios. Com o passar dos anos, sobretudo na primeira metade do século XX, chegaram diversas famílias oriundas de regiões centrais da cidade vítimas de despejo e dos incêndios criminosos (SILVA FILHO, 2011). A partir da década de 1960, grupos familiares vindos de diferentes regiões do Piauí e outros estados do Nordeste, fugindo da seca e em busca de melhores condições de vida se fixam na região e desenvolvem a pesca, vazante, vacarias e olarias (SILVA, 2008).

As raízes dos processos segregantes e tentativas de dominação na região da zona norte de Teresina são históricas, uma vez que o estado se fez presente de maneira irrisória, onde as condições mínimas de habitabilidade e urbanização da região foram constituídas pela própria comunidade. Essas perseguições e disputas entre as populações locais e o poder público não são recentes, sendo que umas das primeiras documentadas é apresentada por SILVA (2008) a seguir:

Desde a transferência da capital para Teresina, em 1852, as terras que margeavam os rios Parnaíba e Poti foram utilizadas pela população pobre e escrava como fonte de economia. A regularização dessas terras para roçado perdurou durante todo o século XIX como fator de conflito entre seus ocupantes e o poder municipal. Em 3 de maio de 1888, a Câmara Municipal de Teresina resolveu fazer sua última investida em torno da aquisição das terras ocupadas pelos pequenos roceiros e lavradores da cidade. Para isso recorreu a uma circular do Ministério da Fazenda acerca do “aforamento dos terrenos da Marinha” ao domínio do poder provincial. A questão em debate era se as terras que margeavam os rios Poti e Parnaíba eram de domínio da Marinha ou somente “àquelas que existem nas margens dos mares.” Na interpretação dos vereadores, toda terra próxima a águas navegáveis seriam de domínio da Marinha, portanto, acreditavam que, sendo o Parnaíba “francamente navegável em qualquer estação por barcos a vapor” e o rio Poti “navegável por canoas e balsas na estação invernal”, chegava-se ao veredicto final que os dois rios eram de domínio da Marinha e não dos roceiros. (SILVA, 2008, p36)



Trecho da Avenida Boa Esperança, com detalhe para o trecho dos quintais entre as casas e o rio Parnaíba. Fonte: Ortofoto aérea, PMT, 2013.

Os serviços básicos, como água e luz, só foram universalizados no início da década de 1990. Por outro lado, esse estado omissivo se fez presente para perseguir e tirar os elementos de autonomia e liberdade dessa população, exemplos marcantes foram a proibição da criação de animais o que foi um duro golpe para as vacarias, através da Lei Municipal nº 3.646 de 14 de junho de 2007 que institui o Código Sanitário, sendo atualizada em 2016. Outro caso emblemático foi o encerramento das atividades das olarias e por tabela o histórico ofício de oleiro, como o argumento de que a jazida de argila estava exaurida e que provocava degradação ambiental da região. Por último apresento a atividade das vazantes, que já existiam antes mesmo da fundação de Teresina, porém o poder público sequer reconhece a existência desse ofício nos seus planos.

Na última década a região vem sendo alvo de um grande processo de intervenções físicas e violações de direitos das mais diferentes formas, tais ações estão por trás do Programa Lagoas do Norte (PNL), que no seu texto endossa o argumento de revitalização e requalificação urbana, porém, em nenhuma página de seus documentos apresenta a palavra permanência, pelo contrário, as expressões que mais se repetem são desapropriação e reassentamento involuntário. A referida ação é definida pelo poder público municipal como um Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da região Norte do Município de Teresina (PMT, 2016). O que na prática se mostra uma tentativa de higienização social de uma região rica em cultura e modos de fazer. O Programa foi inicialmente implantado em 2004, sendo dividido em duas fases, a primeira concluída em 2016. A segunda fase foi começada ainda em 2016, contando com recursos aproximados de 300 milhões de reais. Porém, a parte do projeto que interferia na comunidade da Avenida Boa Esperança encontra-se estagnada

após uma sequência de violações, arbitrariedades e omissões da prefeitura em relação à comunidade.

Antes mesmo do fim da primeira fase os moradores buscaram, num primeiro momento de forma isolada, informações nos órgãos responsáveis pelo programa. Esta ação teve o intuito de evitar que fossem expostos ao que os moradores da primeira fase vivenciaram: reassentamento, indenização abaixo do valor do imóvel, novas moradias abaixo do padrão entre outras queixas. Após muitas negativas da prefeitura no atendimento das demandas de esclarecimento sobre os impactos do processo de urbanização pretendido sobre os moradores da avenida, informando quais residências seriam afetadas, a comunidade foi surpreendida, no mês de dezembro de 2014, com a visita de equipes de assistentes sociais vinculadas ao PLN que mediram e fotografaram, sem a autorização dos moradores, todas as partes dos imóveis. É importante informar que a visita se deu em horário quando apenas idosos e crianças se encontravam em casa. Quando questionadas pelos moradores do que se tratava, as equipes afirmaram que as famílias seriam removidas e que teriam quem optar em ir para outro imóvel ou aceitar a indenização. A partir daí boa parte da comunidade que é formada por idosos adoeceu, de forma física e mental. Em alguns casos não resistiram à depressão.

Em 2007 a comunidade da Avenida Boa Esperança funda a Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa e, em 2014, com a ameaça eminente de remoção das famílias, inicia as discussões sobre a permanência e a preservação da sua história e cultura. Após a organização da comunidade frente às ameaças, o PNL apresentou diversos argumentos para justificar a remoção das moradias, no primeiro momento o argumento de remoção seria pela questão de melhoria da malha viária, ou seja, por conta da proposta de duplicação da Avenida Boa Esperança, tal argumento foi descoberto pela comunidade no site do Banco Mundial e elaborado em inglês. Com o enfraquecimento dessa alternativa, foram levantadas as hipóteses que a área alagava e que as casas estavam dentro da Área de Preservação Permanente (APP) do rio Parnaíba, ideia que foi mais uma vez rechaçada pela comunidade, por último a prefeitura construiu a afirmação de que a Avenida é um dique de proteção às enchentes, estando as casas construídas sobre esse ele sujeitas à retirada involuntária.² Frente às justificativas do poder público municipal, a comunidade tem resistido e apresentado alternativas às ameaças de remoção.

² Até o momento da finalização desse artigo a comunidade estava aguardando a finalização de um estudo da Prefeitura Municipal de Teresina, demandado pelas denúncias da própria comunidade e ações de órgão de defesa, como a Defensoria Pública do Estado (DPE), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público do Estado (MPE) e Ministério Público da União (MPU).

A cada investida e ameaça de remoção, a comunidade se organizava e articulava estratégias que variavam desde o reconhecimento dos modos de fazer e das tradições locais, oficinas de direito à cidade, até momentos festivos e de confraternização. Partindo dessas ações coletivas, as moradoras e moradores, após diversos encontros chegaram a ideia de juntar os objetos e memórias representativos da sua cultura e história dentro da comunidade, nesse sentido faltava o local para expor essas memórias, porém, não centralizando ou reproduzindo os museus tradicionais, onde o local de exposição seria um marco simbólico e o acervo do museu propriamente dito seria a comunidade, cada família, suas crenças, sua relação com seus quintais e as interligações entre essa população. Dentro dessa perspectiva, no próximo tópico detalhamos o processo de organização do museu da comunidade.

Um museu de Resistência

Os moradores da Avenida tem buscado se manifestar de diferentes formas, desde pinturas de frases e faixas nas fachadas das casas à criação de um museu. No entanto, esta instituição deveria ser diferente dos museus tradicionais que contam histórias de populações e sociedades que já não existem e que ficaram no passado, ou seja, um espólio do passado. O que se propõe com o museu da Avenida Boa Esperança é preservar o passado e fortalecer uma história perene, viva que acontece no presente.

Assim, o Museu Comunitário da Esperança surgiu para cumprir uma demanda emergente das comunidades da zona norte de Teresina: a necessidade de manter viva a memória dos primeiros moradores da região, em um cenário que se apresenta como uma ameaça à memória ainda viva e que é preservada principalmente pelos mais velhos.

De fato, a memória coletiva das comunidades tradicionais da zona norte sempre se manteve acesa principalmente através dos relatos orais, passados dos mais velhos para os mais novos. Neste sentido, e a partir da reflexão trazida por Pollak (1992) sobre os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, é possível afirmar que hoje, na comunidade Boa Esperança, vive-se dois momentos paralelos e igualmente importantes, da constituição da memória local: se por um lado, o cenário de transformações da paisagem urbana e o avançado fluxo de remoções obrigatórias promovido pela implantação do Programa Lagoas do Norte tem marcado a vida e conseqüentemente a memória individual de cada morador, a resistência comunitária utiliza-se da memória coletiva para firmar um sentimento de pertencimento dos moradores ao lugar onde vivem, sendo esta uma estratégia de unificação da luta dos moradores pela permanência no lugar onde vivem.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p.200-212).

Quando o PLN iniciou a execução de suas obras, provocando a fragmentação sociocultural das comunidades das lagoas do norte, rapidamente se articulou uma frente de resistência de moradores dispostos a lutar pelo direito de permanência no local. Este grupo inicial foi composto por idosos (acima de 60 anos), em sua maioria, além dos filhos(as) e netos(as) destes antigos moradores. Desde então, verificou-se a necessidade de fortalecer nos moradores mais jovens o sentimento de pertencimento à comunidade. Para isso, diversas atividades foram realizadas até os dias de hoje, visando uma maior socialização da história e da cultura local, tendo como ponto forte a memória das pessoas mais velhas. Como nos traz Pollak (1992) “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.”

Entre as atividades desenvolvidas neste processo de socialização, o projeto ‘Mulheres nos Terreiros da Esperança’ proporcionou a troca de saberes entre as mulheres idosas e as crianças das comunidades das Lagoas do Norte, ocorrido no ano de 2017.



Foto: Oficina do projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. 2017. Fonte: página Lagoas do Norte Pra Quem

“Podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p.200-212). Os 13 bairros atingidos diretamente pelo PLN hoje vivem uma sina de reforçarem seus vínculos coletivos, sob pena de que as vivências comunitárias se percam. Embora ainda não seja possível avaliar todos os impactos causados durante a primeira década de execução das obras de “revitalização” urbana da zona norte, tal projeto já deve ser visto como um ponto de inflexão na memória dos moradores da região, talvez tão traumatizantes quanto os impactos causados por desastres naturais.

Velho (2006, p.240) ao expor a complexidade dos processos de tombamento de sítios históricos, tendo como caso a cidade de Salvador, traz a seguinte reflexão: “Um dos problemas fundamentais que afetam e caracterizam a grande cidade contemporânea quando se trata de proteção, preservação e patrimônio é a questão imobiliária.” Tal afirmação pode ser trazida como um fato também observado na cidade de Teresina, neste processo comunitário de autoconhecimento enquanto patrimônio. No caso da zona norte, a questão imobiliária além de se constituir como um ‘agente natural’ de negociação do solo urbano, conta com todo um projeto de urbanização a seu favor, financiado pelo poder público local. Neste sentido, é importante destacar que desde o início, o movimento de resistência ao PLN, autodenominado “Lagoas do Norte Pra Quem?” reconhece que travam uma luta contra a especulação imobiliária urbana, a qual possui forte interesse sobre a região mais valorizada da capital do Piauí, próxima ao Centro da cidade e com uma grande abundância de recursos naturais.

À luz do que vem acontecendo na zona norte de Teresina, as mudanças que vêm ocorrendo são ao mesmo tempo o “algoz” e o “combustível” que aceleram o levante comunitário pela patrimonialização das heranças socioculturais que ainda preservam em seu território.

Considerações Finais

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, estabelecer a importância da criação do Museu da Resistência da Avenida Boa Esperança, dentro do conjunto de estratégias de lutas e resistências das populações de parte da zona norte de Teresina.

Foi extremamente instigante através das metodologias utilizadas e da conexão na relação morador/pesquisador. Desta forma, a intenção aqui era de mostrar e visibilizar o

processo histórico de expropriação que tem na zona norte cidade como campo de disputas. Além das alternativas da comunidade em relação à falta de diálogo com o poder público, e de espaço na mídia hegemônica, mostramos aqui alguns processos de organização popular, e nesse sentido a constituição do museu, que foge das definições tradicionais, e busca o autorreconhecimento das tradições e cultura da referida comunidade.

Observa-se na pesquisa que o museu em questão transcende a dimensão física, do local depositário de objetos presos ao passado e sem relação com o presente, o que acontece nesse caso é que a própria comunidade, com seus laços de amizade e ancestralidade, forma o verdadeiro museu, vivo e dinâmico.

Portanto, enfatizamos que a criação de um museu comunitário, em face ao processo de expropriação do capital, é via de mão dupla, pois ao tempo que se configura como elemento de resistência, também de forma relevante um aspecto agregador do sentimento de união comunitária.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa** [de] Monsenhor Chaves. 2ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013. 639p.

CLIFFORD, James. **Museologia e contra-história**: viagens pela costa noroeste dos Estados Unidos. *In*: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. ABREU. Regina, CHAGAS. Mário (orgs) – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GERMAN Bazin, André Desvallées, Raymonde Moulin. Em “**Muséologie**”. [*Encyclopædia Universalis* online]. Disponível em: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/museologie/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

IBRAM - **Instituto Brasileiro de Museus. Museus em Números.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

LERSCH. Teresa Morales, OCAMPO. Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário**: história vivida ou memória para transformar a história? *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTES E CULTURAS LATINAS, Kansas City, Missouri, 6-10, outubro, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história.** A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, Deborah Silva. Museus – Coleção nas trilhas do patrimônio cultural, v.2, 41.p. – Brasília: UNB, FCI, 2015.

SILVA FILHO, Raimundo P. **Do campo brilhante ao pau-de-moça**: as memórias e a histórias da rua Rui Barbosa nas décadas de 1960 e 1970. Teresina: FAP, 2011. (Monografia). Graduação em Curso de Licenciatura em História. Faculdade Piauiense (FAP). Teresina, 2011.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na Rua dos Negros**: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação) Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte**: Cartilha. Teresina: SEMPLAN, 2015.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: ROJAS, Roberto (org.). **Os Museus no Mundo**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979, p. 8-21; p.70-81.

VARINE-BOHAN, Hugues de." **L'écomusée**", *La gazette: Association canadienne des musées*, vol. 11 n°2, 1978, repris dans André Desvallées, *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, vol. 1, Lyon: PUL, 1992.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. MANA. 2006, p. 237-248.